

# Parques urbanos como espaço de educação ambiental crítica: uma análise das experiências educativas do Parque Municipal Vila Guilherme - Trote, em São Paulo - SP

Rodrigo Machado<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho aborda a proposta de se trabalhar os parques urbanos como espaços privilegiados de educação ambiental crítica. Para tanto, a intenção do artigo é expor a localização conceitual de parques urbanos, bem como discutir a ideia de educação ambiental crítica como aquela educação dotada de uma perspectiva promotora de um olhar questionador da realidade, reconhecendo-a como dinâmica e passível de transformação, diferenciando-se de propostas conservadoras de educação. Na sequência, o texto apresenta o parque em tela: Parque Vila Guilherme – Trote, em São Paulo – SP. Neste espaço público foram identificadas atividades de educação ambiental articuladas de forma a se observar o potencial de uma proposta crítica e com vistas a ações coletivas. Por meio de levantamento considerando a entrevista como fonte de evidências, o trabalho discute seus resultados: a descrição das ações educativas experimentadas e a compreensão sobre o trabalho por parte dos responsáveis; uma análise à luz do referencial construído sobre educação ambiental crítica. Uma das considerações finais se remete à preocupação com a reflexão dos envolvidos com as possibilidades da proposta.

Palavras-chave: Parque urbano, educação ambiental crítica.

## Abstract

URBAN PARKS AS SPACE OF CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION: THE EXPERIENCE OF THE VILA GUILHERME - TROTE MUNICIPAL PARK, SÃO PAULO - SP This paper discusses the proposal of working the urban parks as privileged spaces of critical environmental education, through considering the concept of this kind of parks, as well as arguing the idea of critical environmental education, recognizing it as dynamic and susceptible of transformation, differentiating itself of conservative education proposals. After that, the text displays the Vila Guilherme – Trote Municipal Park, in São Paulo – SP. In this public space, environmental education activities were identified and articulated in a way to observe its potential as a critical proposal and with a view to collective action. By considering the interview as source of evidences, the work discusses its results: the description of the educative actions tested and the understanding about these experiences from the responsables of the park; an analysis about the referential built on critical environmental education. One of the final comments refers the concern to the reflection of those involved and the possibilities of this proposal.

Key-words: urban park, critical environmental education.

## Introdução: a localização conceitual de parques urbanos

Já é relativamente conhecido que a ideia de parque urbano surge como parte da configuração das cidades modernas. Segundo Macedo e Sakata (2003) os parques urbanos são resultantes das cidades da era industrial. Bartalini (1999) expõe que os parques urbanos surgem na França e Inglaterra do século XVIII, como espaços de contraposição tanto no que se refere à paisagem, como também à qualidade ambiental. As expansivas cidades vinculadas ao desenvolvimento da indústria proporcionavam a seus habitantes um ambiente sufocante e poluído. Em oposição, os parques representariam uma proposta de contato com elementos naturais de um ambiente

reconfortante e até mesmo bucólico, contrapondo-se aos ambientes congestionados característicos de grandes adensamentos urbanos.

No século XIX a proposta de instituir áreas verdes em meio à paisagem cinzenta e racionalizada no sentido de servir ao capitalismo industrial atinge pleno desenvolvimento. Observa-se em grandes centros de cidades emergentes, como Nova Iorque (EUA), imensos projetos como o de Frederick Law Olmsted: o Central Park. Para o paisagista do século XIX, um parque se resume a algo essencialmente vinculado a um cenário. Embora predominantemente natural, tal cenário visa atender a demandas humanas

<sup>1</sup> Mestrado em Educação FE-USP, bolsista CAPES. Av. da Oliveira, 308 - Cidade Universitária Armando Sales de Oliveira, 05508-040 São Paulo - SP. rodrigomachado@usp.br

originadas no desconforto proporcionado pela extrema pavimentação urbana e atividades produtivas. Entre tais demandas, a contemplação da paisagem.

*(...) reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaço suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito de cenário (Olmsted, apud Scalise, 2002, p.02).*

No Brasil outras definições são construídas, ainda considerando o caráter essencialmente urbano no sentido de servir de equipamento específico, dentre outros que compõem a infraestrutura urbana das cidades. Para Kliass (1993, grifo nosso), “os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados a recreação”. Observa-se que a característica dominante na definição de parque urbano é configurar como espaço dedicado ao usufruto direto da população, sempre quando esta busca lazer e recreação. Os elementos naturais servem, portanto, como cenário mais agradável a tais atividades essencialmente humanas.

Bartalini (1996) citando documento do Department of Planning and Development e do Department of Park and Recreation da cidade de Toronto, Canadá, expõe que o parque urbano “(...) apresenta um equilíbrio entre áreas pavimentadas e ambiências naturais”. Ou seja, se aceita que a cidade em sua organização espacial não observe tal equilíbrio, cabendo aos parques tal busca e com finalidades bem definidas do ponto de vista paisagístico, do uso social e, indiretamente, produtivo, numa abordagem mais ampla que considere a importância do tempo livre e do lazer dos trabalhadores urbanos. De acordo com Macedo e Sakata (2003, p.13) o real papel do parque é ser “um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana”.

Diante do exposto, poder-se-ia compreender que o equilíbrio ambiental da cidade como um todo teria grande contribuição de diversos parques espalhados pelo território. Observando a disposição dos parques pela cidade de São Paulo, o que se identifica é a desigualdade nesta distribuição territorial. Se antes as periferias eram constituídas de várzeas e espaços livres imensos, muitos deles utilizados como áreas de lazer e recreação ao ar livre por populações próximas (BARTALINI, 1999), o que há na atualidade são formas adensadas de uso e ocupação do solo. Em regiões com melhor infraestrutura urbana, o parque configura como mais um equipamento, por vezes exclusivamente social em detrimento de outras funções, como o refúgio e a conservação de fauna e flora. Segundo Kliass e Magnoli (1967; 1969), mencionadas no Atlas Ambiental do Município de São Paulo (SVMA, 2004) sempre houve a utilização de áreas verdes, pelo poder público, como método

mais imediato para atender demandas sociais, como escolas, creches, postos de saúde etc. Com isso diminuíram-se as possibilidades de criação de parques.

Portanto, a simples distribuição territorial de parques urbanos, além de insuficiente do ponto de vista ambiental (qualitativo), o é também da perspectiva espacial (quantitativo). Não há espaços disponíveis e, devido à inexistência de locais destinados à prática de esportes e atividades culturais e recreativas de maior densidade e impacto, muitos projetos de parques urbanos acabam por “absorver” tais demandas, aproximando-se mais de equipamentos de uso direto do que de conservação de condições ambientais adequadas ao mencionado equilíbrio na cidade.

É a partir desta ideia preconcebida de parque urbano que este texto pretende expor e dialogar com concepções alternativas, tanto da relação entre os parques urbanos e a cidade, como também dos cidadãos com ambos os tipos de ambiente. Se de um lado se observa a trajetória da concepção de parque urbano não desvincular-se de seu papel paisagístico e social nas cidades, por outro se identifica a possibilidade de vislumbrar maior qualidade ambiental fora dele também, partindo do referido equilíbrio entre o ambiente pavimentado e os padrões de disposição de elementos naturais dentro dos parques urbanos. Uma alternativa é rever a própria cidade e, sobretudo, como seus habitantes se relacionam entre si e com seu ambiente.

Nos parques urbanos de São Paulo, a própria secretaria responsável (do Verde e do Meio Ambiente) costuma tratar os frequentadores como “usuários”. Daí a compreensão tanto do que orienta os projetos de parques urbanos, como também o comportamento e o padrão de relacionamento dos cidadãos com este espaço. Seria uma relação de simples uso do espaço (ir ao parque para “usá-lo” para práticas esportivas e recreativas)? De acordo com o relatório: Ações Locais para a Biodiversidade de São Paulo – LAB (BRANCO; NEVES, 2008, p.16),

*com a relevância emprestada à preocupação ambiental, e em face dos acordos firmados a partir da ECO 92, todas as questões que envolvem os ambientes naturais, a preservação dos recursos e o aumento da qualidade de vida da população definiram-se como suporte de uma nova relação de conceitos e valores. Os parques passaram então a representar um importante papel e ganharam mais uma função, qual seja, a de contribuir ecologicamente para a melhora de vida dos cidadãos, mediante seus elementos internos e as relações mantidas com seu entorno.*

Mais adiante o mesmo documento elaborado por profissionais da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo apresenta outra nova função que o parque urbano deve assumir, dadas as circunstâncias atuais próprias de uma metrópole como São Paulo. Trata-se do papel de

*(...) promover a Educação Ambiental do complexo Parque/Entorno com base na integração de ações conjuntas com escolas, Universidades, Centros*

*de Portadores de Necessidades Especiais, etc. Neste sentido, os temas passíveis de abordagem são inúmeros, mas podem ser lembrados, a título de exemplo, a conservação da água (economia doméstica), o tratamento dos resíduos (reciclagem) e o consumo consciente (produtos com origem garantida) (Branco; Neves, 2008, p.18).*

Tomando como referência a breve discussão até aqui e considerando o padrão dos projetos de parques urbanos no município de São Paulo – sempre vinculado ao papel paisagístico, de lazer e de recreação – as questões emergentes são: podem-se prospectar alternativas sobre o papel dos parques urbanos que considerem, além das funções historicamente definidas, processos que promovam uma leitura crítica e atuação consciente dos cidadãos na direção de melhor qualidade ambiental e de vida em outras escalas além daquela do parque? O que ocorre a partir do envolvimento de frequentadores de um parque urbano com processos de prática e reflexão crítica sobre seu comportamento e relação com o ambiente? Pode o parque urbano servir de ponto de partida para mudanças de percepção do meio, de comportamento e de relacionamento das pessoas que o frequentam com o ambiente em que vivem?

Com base na problematização acerca do papel dos parques urbanos e do tipo de envolvimento dos cidadãos com este espaço, o objetivo desta exposição é apresentar o parque urbano como espaço de educação não formal e consciência crítica do cidadão em relação à sua interferência no ambiente em que vive. Em outras palavras, buscar promover o parque como um espaço privilegiado de reflexão e conscientização não somente sobre o padrão de relacionamento entre seres humanos e natureza, mas, sobretudo, das pessoas com o meio, dos cidadãos com a cidade.

Desta forma o parque é ponto de partida, e não *locus* exclusivo. É espaço de convergência entre pessoas e entre essas e elementos naturais. Converte-se em local de troca e diálogo entre experimentações e concepções de mundo. Enfim, o parque urbano justifica-se como ambiente no qual diferentes pessoas se encontram beneficiando-se da qualidade ambiental proporcionada pelo contato com elementos naturais muitas vezes negligenciados fora dele. Numa perspectiva mais ampla, o padrão de relacionamento e de responsabilidade das pessoas com o meio que, segundo Leff (2001) pode ser compreendido como a “complexidade do mundo”.

Para tratar deste assunto relativo ao parque assumir novos papéis além de mero provedor de espaços de lazer e recreação cercado belas paisagens, o trabalho contará com a exposição de breve discussão sobre a ideia de educação ambiental como processo a ser proporcionado pelo parque a partir da municipalidade e também dos próprios cidadãos organizados, sustentada pela proposta de compreensão da gestão ambiental do parque urbano como mote para

a observação, compreensão e experimentação de práticas cotidianas dos cidadãos que o frequentam.

O caso selecionado ocorre em um parque urbano de São Paulo: o Parque Municipal Parque Vila Guilherme – Trote, na zona norte. No parque há um programa de educação ambiental que se apoia em outros dois, um de gestão ambiental e outro de promoção de atividades culturais.

## A proposta de Educação Ambiental a partir de experimentações práticas em parques urbanos

Como observado na seção anterior, os parques urbanos são historicamente reconhecidos como espaços da cidade provedores de lazer, recreação e contemplação de belas paisagens, condicionando demandas sociais e, por consequência, os próprios projetos de implantação destes espaços públicos pela municipalidade. Contudo, os mesmos parques por encontrarem-se inseridos na malha urbana podem ser compreendidos como locais promotores de olhares diferentes à própria urbe e à “complexidade do mundo”, diante da problemática socioambiental enfrentada por cidades como São Paulo, relacionadas a questões como as relações sociais, organização da sociedade e da produção, a gestão de resíduos, uso dos recursos hídricos, manutenção de avifauna, da vegetação, permeabilidade do solo, do uso e ocupação urbana etc.

Se os projetos de parques costumam “absorver” padrões de construção comuns a qualquer outro equipamento urbano – como exemplos observam-se os padrões de construção das edificações, dos tipos de pavimentação, a aparente desconexão dos projetos paisagísticos com o sistema de áreas verdes da região etc. – pode-se identificar que os parques, em termos de implantação e de uso, são concebidos *da cidade para o parque*. A proposta é inverter a direção do olhar. Que a cidade seja observada de dentro do parque. Aqui entram as questões relativas à gestão ambiental do espaço. Seria possível, por exemplo, que a gestão de resíduos realizada no parque seja compartilhada com a cidade? Ou seja, se o parque inicia trabalhos no sentido de mais bem gerir os resíduos produzidos e trazidos, isso se torna interessante aos cidadãos que o frequentam? Seria esse um caminho para os envolvidos refletirem sobre a questão e relacionarem tal vivência com seus respectivos cotidianos?

Ao contrário do que é convencional nas práticas educativas que, ao vislumbrarem parques e outras áreas verdes como locus de educação ambiental o compreendem como ambiente “natural”, a ideia que aqui se apresenta não trata tais áreas públicas com predominância de elementos naturais como destacadas da esfera cultural na qual vivemos. Grün (1996) aponta o “cartesianismo” contido em propostas de visitas a parques e outras áreas naturais

com a intenção de aproximação com a esfera natural. E questiona: “como é possível obter algum sucesso em tais programas se muitas vezes eles se pautam nos mesmos princípios que pretendem criticar?” (Grün, 1996, p.56). Aqui o autor se refere à dicotomia reforçada entre as esferas cultural e natural a partir da ideia de que visitas a áreas naturais promoveriam uma suposta consciência ecológica. O fato de os parques urbanos em certa medida integrados à estrutura da cidade possibilita compreender que ambas as esferas fazem parte de um só todo, e de que as próprias pessoas são integradas a esse todo complexo.

Em sendo o caso abordado neste texto uma proposta educativa, se refere a experiências, vivências, reflexões e olhar crítico sobre si – individualmente e como ser social - e sobre como a sociedade trata – e poderia tratar - determinadas questões ambientais. Portanto, visa a transformações pessoais, mas com a perspectiva de mudanças coletivas.

Essa é a ideia de educação ambiental que se propõe aos parques urbanos como espaço de envolvimento com discussões e práticas que apontem a transformações sociais. Tal ideia se apoia na necessidade de promover circunstâncias que trabalhem, com a população, o que Jacobi (2005) identifica como motivos para a desvinculação das pessoas com o estado do meio e com as possibilidades de mudança. Segundo o autor,

*A postura de dependência e de não responsabilidade da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação na gestão do meio ambiente, nas suas diversas dinâmicas (2005, p.241).*

Layrargues (2004, p.07) expõe que “o adjetivo ambiental designa uma classe de características que qualificam essa prática educativa, diante desta crise ambiental que ora o mundo vivencia”. Uma das características, segundo o autor, se refere à educação convencional que tradicionalmente, tal qual os demais sistemas sociais, não tem sido direcionada à sustentabilidade. Sem prescindir da necessária transformação da educação formal, o parque urbano a complementa e dá sua contribuição, inclusive em termos metodológicos e também didáticos, às próprias instituições educacionais.

Guimarães (2004) trata a educação ambiental não como relativa à evolução de algo anterior, mas sim como contraposição e superação de algo existente. Carvalho (2004, p.15) apresenta a questão da multiplicidade de “educações ambientais”. Conforme a autora,

*(...) as práticas agrupadas sob o conceito de educação ambiental têm sido categorizadas de muitas maneiras: educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas entre tantas outras.*

Tais denominações têm origem em diferentes contextos, relação dinâmica de forças sociais e culturais, “poderes e contrapoderes” que condicionam a produção de cada proposta, “(...) onde o destinatário também constitui o artefato que a ele é endereçado” (ibidem).

No que se refere à educação ambiental crítica abordada pela autora em seu texto, duas marcas fundadoras são expostas, contidas nos adjetivos: “ambiental” e “crítica”. O adjetivo “ambiental” se justifica e se legitima “(...) enquanto aspiração legítima, sócio-historicamente situada, que sinaliza para o reconhecimento da importância de uma educação ambiental na formação dos sujeitos contemporâneos” (Carvalho, 2004, p.18). O adjetivo “crítica” se sustenta no reconhecimento da insuficiência – embora fundamental – da adjetivação da ação educativa como “ambiental”. Se o que se pretende é promover a perspectiva de uma práxis, faz-se necessária outra escolha, de caráter político.

Considerando a educação como sendo intrinsecamente envolvida na “(...) vida, na história e nas questões urgentes de nosso tempo, a educação ambiental acrescenta uma especificidade: compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais” (idem, p.18).

*Neste sentido, o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental (Carvalho, 2004, p.18-19)*

Sintetizando a proposta da educação ambiental crítica, ainda de acordo com a autora ao adotar a perspectiva de transformação social necessária para uma “justiça ambiental”, observa-se a recusa tanto à opção exclusiva por uma espécie de individualização, segundo a qual a mudança virá da soma de mudanças individuais, do *cada um fazendo sua parte*, como também a generalização e despersonalização do coletivo, gerando a ideia de que a transformação social é anterior àquela individual.

A ideia de educação ambiental crítica trabalha com a intenção de desenvolver processos nos quais, uma vez envolvidos, os indivíduos tomam consciência do que fazem, como o fazem e por que o fazem, sem perder de vista que não o fazem sozinhos, e sobretudo, não o transformam sozinhos<sup>2</sup>. “Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social (JACOBI, 2003, p.196), contrapondo-se ao que Guimarães (2004) apresenta como educação ambiental conservadora que, refletindo os paradigmas da sociedade moderna, reforça

<sup>2</sup> Muitas vezes se trata de desconhecimento da população sobre tais espaços públicos em seu distrito de moradia.

a crença que a transmissão de conhecimentos e informações corretas concorre à transformação do indivíduo (e que esta transformação individual basta).

Loureiro (2005), expõe o que denomina como dois blocos de práticas e compreensão do que vem a ser a educação ambiental e seu papel. De um lado se observa um bloco conservador ou comportamentalista e, de outro, um bloco chamado de transformador, crítico ou emancipatório. O primeiro teria entre suas características centrais:

- educação entendida em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas;
- despolitização do fazer educativo ambiental, apoiando-se em pedagogias comportamentalistas ou alternativas de cunho místico;
- baixa problematização da realidade e pouca ênfase em processos históricos;
- foco na redução do consumo de bens naturais, descolando essa discussão do modo de produção que a define e situa;
- responsabilização pela degradação posta em um homem genérico, fora da história, descontextualizado social e politicamente (Loureiro, 2005, p.1475).

Já o segundo bloco se apoia nas seguintes características:

- busca da realização da autonomia e liberdades humanas em sociedade, redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta;
- politização e publicização da problemática ambiental em sua complexidade;
- convicção de que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da Educação Ambiental;
- preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes;
- indissociação no entendimento de processos como: produção e consumo; ética, tecnologia e contexto socio-histórico; interesses privados e interesses públicos;
- busca de ruptura e transformação dos valores e práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade (idem, p.1476).

Nesse sentido, observa-se que “a educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita” (Sorrentino, et al, 2005, p.287), com a perspectiva inclusive de iniciar a busca pela promoção de um diálogo entre sociedade e Estado na direção de construir políticas públicas.

Em se tratando de parques urbanos municipais, nos quais as experiências promovidas têm sua origem nos atores que o frequentam, bem como os que o administram como espaço público, a ação educativa pode ser qualificada como educação não formal, esta compreendida como “(...) aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos” (Gohn, 2006, p.28). Nesse caso, segundo a mesma autora, “(...) o grande educador é o ‘outro’, aquele com quem interagimos ou nos integramos” (idem, p.30).

No caso desta breve descrição de experimentar o parque urbano como um espaço promotor de uma educação ambiental crítica, a tentativa, ainda em curso, trata da questão dos resíduos sólidos produzidos nas residências dos participantes da proposta, bem como do programa de educação ambiental desenvolvido no Parque Vila Guilherme – Trote, na zona norte de São Paulo. Quais características as experiências a ser expostas reúnem, que as identificam com uma proposta de educação ambiental crítica, e quais as deficiências para tal finalidade?

A seguir, a intenção é dispor de algumas informações e dados sobre as experiências abordadas, bem como apresentar os parques e descrever os experimentos, de forma a fornecer alguma base empírica para análise e discussão.

## **Dos resultados: algumas considerações sobre o parque urbano abordado e suas experimentações de educação ambiental**

Em 2005 a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo iniciou uma sequência de ações política na direção de profissionalizar a administração dos parques urbanos da cidade. Anteriormente a gestão dos parques era distribuída a correligionários políticos de vereadores e do grupo partidário vencedor das eleições. Tal prática foi alterada, de maneira que a divisão técnica responsável pelos parques da cidade (DEPAVE-5) realizasse uma chamada pública pelo sítio virtual da prefeitura e também pelo Diário Oficial do Município. Dos inscritos no início de 2005 foram selecionados os novos administradores de parque da capital.

Tal medida ocasionou a formação de um grupo de profissionais de diferentes áreas, todos com formação e experiência comprovada na área ambiental. Deste grupo, inúmeras experimentações tangentes à gestão e manejo do parque, bem como experiências de favorecimento da participação dos frequentadores e promoção de processos

educativos tomaram forma e merecem o reconhecimento e publicidade para serem postas em debate.

Entre elas, seguem dois casos. Um se referindo a uma série de medidas tomadas pela nova administração dando origem a três programas de gestão do parque; outro a uma experiência pontual e derivada de uma das experimentações em curso no primeiro parque, mas acompanhada de maneira diversa.

## O Parque Vila Guilherme - Trote

O referido parque localiza-se no distrito de Vila Guilherme, fazendo divisa com o distrito vizinho, de Vila Maria, na zona da capital paulista. Ocupa uma área de aproximadamente 160 mil metros quadrados, onde até meados da década de 1980 funcionava a Sociedade Paulista de Trote<sup>3</sup>. De acordo com informações do blogue do parque na *internet*, suas atividades iniciaram em 1986, quando parte do terreno foi desapropriado para dar origem ao então Parque Vila Guilherme. Sua complementação ocorreu em 2005, quando o processo de desapropriação foi homologado e deu origem à ampliação do parque urbano. Em julho de 2006 foi entregue à população a denominada primeira fase da complementação referente ao Trote.

A experiência a ser aqui exposta foi idealizada e conduzida pelo autor quando de sua passagem pela administração do Parque Vila Guilherme – Trote. Serão expostas a partir da participação direta no caso selecionado. Tem seu início em junho de 2005, quando medidas referentes à gestão do parque são tomadas na direção de subsidiar os três atuais programas mencionados. As medidas tomadas foram<sup>4</sup>:

1. *gestão de resíduos*: foi efetivada a proposta de o parque ser ponto de coleta de resíduos sólidos trazidos por moradores e separados quando da limpeza do próprio parque;
2. *gestão de resíduos orgânicos*: todo resíduo gerado no parque derivado de ações de manejo e limpeza são

3 Torna-se interessante um olhar sobre metáfora do rio utilizada por Mauro Guimarães (2004, p. 29-30), sobre o "(...) rio representar a sociedade; a sua correnteza, o paradigma dominante; o curso do rio, o processo histórico. Em que para mudarmos o rio (sociedade), precisamos interferir na correnteza (paradigmas) do seu curso (processo histórico). Como fazer se não quero ser carregado pela correnteza? Começar a nadar contra a correnteza ou nadar até a margem para ficar ali me segurando? Nestas duas tentativas individualizadas o esforço de resistir sozinho é muito penoso e com o cansaço, a tendência é me acomodar e me deixar levar pela correnteza. Uma terceira alternativa seria criando uma contra-correnteza como um movimento coletivo conjunto de resistência e que isso poderá resultar em toda uma alteração na dinâmica hidrológica desse rio, alterando a velocidade e força do rio, transformando sua capacidade erosiva, de transporte de sedimentos, entre outros".

4 Trote é uma modalidade de corrida de cavalos. Faz-se necessário apontar que todas as medidas relativas a interferências diretas na vegetação tiveram a participação de biólogos e agrônomos da SVMMA, além de se limitarem à parte antiga do parque. A parte nova seguiu estritamente o projeto previsto pela divisão de paisagismo do Departamento de Parque e Áreas Verdes (DEPAVE).

- processados de forma a se constituírem em composto orgânico e material triturado proveniente de podas;
3. *gestão compartilhada*: a retomada do conselho gestor do parque, que não mais se reunia, e desenvolvimento de processos participativos de reflexão, debates e tomada de decisões sobre questões socioambientais do parque e de seu entorno;
4. *manejo da vegetação*: uma série de medidas no sentido de adensar a vegetação do parque, inclusive arborização com exclusivamente com espécies nativas, em substituição a grandes porções de gramados e solos expostos;
5. *gestão de recursos hídricos*: acompanhamento diário do consumo e mapeamento de todos os pontos de água do parque.
6. *Compartilhamento das decisões administrativas e de manejo*: com o corpo de funcionários públicos e da empreiteira responsável pelo manejo e conservação do parque.

Após dois anos e meio das medidas tomadas, foram criadas condições de exposição da gestão ambiental do parque como plataforma de ações de educação ambiental. Todas as medidas mencionadas formam o primeiro programa: de Gestão Ambiental. Nele estão contidos dois projetos: o de fomento à participação de moradores e frequentadores do parque na gestão ambiental do mesmo; a elaboração e aprimoramento das ações de gestão e manejo do espaço. Márjorie Thihamer Costa, estagiária de curso técnico em Gestão Ambiental, expõe que inclusive o de Gestão Ambiental possui uma dimensão de educação ambiental, direcionada à qualidade do trabalho dos funcionários do parque que cuidam da segurança e da manutenção, limpeza e manejo do espaço. "São palestras com os funcionários, porque eles não sabem o que é reciclável, o que não é reciclável (...) eles veem a gente fazendo todos os dias mas não sabem". Portanto, a dimensão educativa do programa de gestão ambiental, se apresenta como a socialização de aspectos do programa com os trabalhadores do parque. Sara expõe que o foco atual do programa é o conselho gestor do parque. "Esse é um trabalho bastante educativo, porque na última reunião do conselho gestor, não estava claro nem para os próprios conselheiros o que eles podem fazer, qual o papel deles aqui dentro" (informação verbal).

O segundo programa criado foi o de Educação Ambiental e constitui-se em dois projetos: de ações educativas tendo o parque como lócus privilegiado e de reconhecimento do contexto em que o parque está inserido (seu público interno e do seu entorno). O projeto de ações educativas será o foco desta descrição, constituindo-se de quatro ações, sendo: 1) roteiros de educação ambiental; 2) Viveiro de Mudanças para produção e aprendizado de frequentadores do parque; 3) Laboratório de Compostagem

Doméstica (LCD); 4) Atividades pontuais de educação ambiental.

O terceiro programa se relaciona às ações culturais a terem como espaço o parque. Foi elaborado pela administração do parque em conjunto com as estagiárias. O programa se propõe a ocupar os espaços do parque com ações como mostras, exposições, seminários, debates, palestras e outros tipos de eventos. É possível observar que os três programas se relacionam, mas fundamentalmente partem da gestão do parque para ser ponto de partida para outras ações. Sara Laís de Souza, estagiário de curso superior de Gestão Ambiental, explica que

*todos os três programas têm uma função educativa. Não só o de educação ambiental, mas o cultural também, o de arte e cultura, porque o objetivo é trazer atividades artísticas e culturais desse programa para pessoas que não têm tanto contato com isso, não tem condições de ir no teatro ou alguma coisa assim; mostras, exposições mesmo (...) e também usar dessas atividades artísticas, uma finalidade educativa. Filmes que têm mensagens (...) de educação ambiental (informação verbal).*

Quanto aos três programas existentes, Cláudia Mie Tsuchida (também estagiária de curso universitário em Gestão Ambiental) apresenta que “(...) todos os projetos são intercalados, então a gente acaba fazendo tudo junto só que cada pessoa é responsável pelo seu projeto. Na hora de fazer a gente faz tudo junto”.

## O Programa de Educação Ambiental

O programa teve como finalidade pôr em atividade e de forma sistematizada ações experimentais que vinham ocorrendo, como forma de poderem se articular, dialogar com os demais programas e, também, subsidiar os planos de estágio em Gestão Ambiental de estudantes de ensino superior no parque. As informações sobre o desenvolvimento de cada ação foram coletadas com as pessoas responsáveis pelas mesmas, a partir de entrevista.

Sua Ação I se refere aos roteiros de educação ambiental. Tais caminhadas têm a intenção de reconhecer o significado de diferentes pontos e ações de manejo do parque, denominados “estações” ou “escalas”. Determinados pontos servem também ao propósito de provocar nos visitantes a observação atenta e a reflexão sobre questões socioambientais, como a paisagem, o histórico de uso e ocupação do solo e os papéis e funções dos parques urbanos em grandes cidades. Em face à condição e comportamento de usuário dos frequentadores do parque, a proposta é promover a condição de visitante, vislumbrando assim outros padrões de relacionamento das pessoas com aquele ambiente que transcendam o mero uso. Segundo informações das estagiárias Cláudia Mie Tsuchida, Márjorie Thihamer Costa e Sara Laís de Souza, responsáveis pelo programa no parque municipal,

*(...) a gente monta os grupos de pessoas que estão interessadas no roteiro de visitação do parque. Aí a gente faz trilhas para conhecer cada ponto do parque. São roteiros temáticos, específicos para crianças, cadeirantes, roteiros para idosos, para escolas (...) e nesses roteiros há escalas que são determinados pontos que a gente para e faz alguma pesquisa maior sobre as coisas que acontecem, sobre alguns aspectos que tem aqui dentro do parque e outros pontos que a gente vai andando e comentando.*

Diante da pergunta sobre qual seria a finalidade de tais atividades de educação ambiental pelos roteiros, as três estudantes limitaram-se a responder que se trata de uma oportunidade de as pessoas entenderem mais sobre cada tema abordado nos roteiros, “para então terem mais cuidado com o lugar que eles frequentam” (informação verbal). Mais adiante, Sara responde que

*é para eles terem uma visão de que um parque não serve somente para eles virem caminhar e ir embora. Vir usar o parquinho junto com as crianças e ir embora. O parque tem uma finalidade ambiental muito importante porque a gente está numa região em que principalmente a temperatura é muito alta, em que a gente não vê quase lugar nenhum arborizado (...) e também o papel educativo de um parque, onde a pessoa pode vir e aprender coisas e ter consciência para (...) fazer ‘o trabalho de formiguinha’ (informação verbal).*

Quando perguntadas sobre a possibilidade de os roteiros abordarem a questão da paisagem entorno do parque, em que se observa um padrão de ocupação mais horizontal, com poucos prédios no horizonte e alguns indícios de especulação imobiliária, a resposta foi que “(...) de fora do parque, nos roteiros, a abordagem é mais da questão histórica (informação verbal)”. Observa-se, portanto, que a questão histórica serviria à abordagem dos problemas de especulação imobiliária que envolvem os parques urbanos. Contudo, as entrevistadas demonstraram desconhecer tal problemática, sendo que sua abordagem nos roteiros poderia direcionar o olhar dos visitantes a uma crítica em relação à dinâmica espacial do bairro e da cidade.

A Ação II tem sua origem na observação de grande número de furtos de mudas de plantas por frequentadores. Diante da problemática situação destas pessoas não compreenderem o parque e suas possibilidades de deslocamento do olhar em relação a espaço público, a proposta desta ação era de, uma vez flagrados no ato irregular, os frequentadores poderem ter acesso ao conhecimento sobre como reproduzir mudas de plantas do parque, com o auxílio do jardineiro, que os ensina a fazer a coleta, produzir a muda e acompanhar seu desenvolvimento tal como se faz para o manejo de vegetação do parque. Uma vez envolvido na ação, a expectativa é que o frequentador, que antes via o parque como de sua utilização, o compreenda como um espaço em que se aprende e pelo qual se é responsável. Uma das responsáveis pela ação, Cláudia, afirma que “é muito difícil as pessoas que fazem uma muda no parque a abandonarem. A pessoa que vem

e que escolhe uma muda sempre volta para cuidar. Toda semana volta para cuidar (informação verbal)”.

A Ação III remete ao envolvimento com a questão dos resíduos domésticos produzidos por frequentadores. Uma composteira do tipo “caixa neozelandesa” foi construída para receber resíduos orgânicos de origem vegetal e promover, em conjunto entre todos os envolvidos, a experiência e o aprendizado mútuo sobre formas alternativas de destinar os resíduos produzidos em casa. A experiência poderia não se propor a transmitir conhecimentos tidos como “certos” a respeito de como compostar os resíduos, mas sim se dedicar a envolver os participantes com os erros e acertos, de forma com que todos aprendam com o processo. De acordo com Cláudia,

*(...) o objetivo dela é trazer bastante gente para saber o que é compostagem, porque mesmo a gente que estava no parque sabia o que era, mas nunca tinha visto. E aí colocar em prática para as pessoas aprenderem a fazer nas casas delas, saber o jeito certo e a gente conseguir alguma experiência, fazer relatórios depois, ver o que dá certo, o que não dá, o lugar onde ela está, as coisas que a gente pode jogar dentro. Como fazer em uma casa (informação verbal).*

Nesta ação especificamente houve a pergunta sobre o processo de aprendizagem pessoal de cada estagiária. Todas responderam que estavam aprendendo de maneira mais “válida” em função do contato direto com a prática e, principalmente, com a articulação entre os problemas advindos da prática e a busca de respostas nas experiências e na teoria e, também, no aprendizado mútuo. A pergunta seguinte, sobre como as mesmas estudantes pretendiam envolver outros frequentadores do parque no mesmo processo – mesmo reconhecendo que em tal processo o aprendizado é de “um com o outro”, em que não há alguém no papel de professor que tudo sabe e tudo transmite, obteve como resposta o seguinte:

*Quando der certo, aí a gente chama as outras pessoas e passa do jeito certo. Aí se elas quiserem experimentar na casa delas... (...) a gente pode falar o que deu errado, mas não precisa repetir o que deu errado. (...) ‘olha, faz assim porque assim é o jeito certo’ (informação verbal, grifo nosso).*

A Ação IV se direciona a atividades de educação ambiental denominadas pontuais. Segundo as responsáveis pela ação, são atividades que se referem à Sala Verde. A Sala Verde, de acordo com informações contidas no sítio virtual da Sala Verde Sapucaia,

*(...) é uma proposta orientada para consolidação de um espaço de troca de saberes e reflexões, realização de articulações e planejamento, além da difusão de informações que integrem ações de saúde, meio ambiente, educação, desenvolvimento social e cultura de paz. Estes temas fazem parte dos seis eixos temáticos promovidos pelo PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis) (Blogue da Sala Verde Sapucaia, 2008).*

Tais atividades da chamada ação IV compartilham o espaço com o Centro de Convivência e Cooperativas (CECCO) ligado à Secretaria Municipal da Saúde e, por ora, estão restritas àquelas atividades proporcionadas por profissionais da saúde e também a um acervo diversificado (incluindo obras de temática socioambiental).

Outra questão se referiu àquilo que as ações tratadas no programa teriam de educação ambiental na compreensão das três estudantes que respondem por ele. O termo “conscientização” foi o mais presente nas respostas das três estagiárias. Ou seja, diante de um programa que trata de forma diversificada diferentes maneiras de se abordar questões socioambientais a partir de um parque urbano, as responsáveis por tal proposta limitam-se a identificar a conscientização das pessoas. Quanto à expectativa que depositam no conjunto de ações articuladas, o termo “multiplicação” foi o mais presente. Isto é, a partir da “conscientização” individual das pessoas que têm contato com as ações, cada uma levaria para outras pessoas, fora do parque, as mesmas informações tidas como “corretas”, aproximando daquilo que se convencionou denominar “trabalho de formiguinha”.

A derradeira pergunta da entrevista foi sobre como as entrevistadas viam a possibilidade de transformação da realidade a partir daquele trabalho de educação ambiental que realizam no parque. Reconhecendo que “(...) temos que mudar as pessoas para mudar o planeta (Márjorie, informação verbal)”, e que “devemos trabalhar com as crianças porque elas ainda não estão com o pensamento formado, e quando colocamos as informações certas na cabeça delas, elas já vão crescer com essa ideia já (Cláudia, informação verbal), todas foram unânimes em concordar com a afirmativa de que “a soma de ações individuais talvez possa substituir uma ação coletiva”. Quando provocadas a partir da pergunta sobre se haveria o mesmo resultado caso as três fizessem cada uma sua parte no lugar de fazerem juntas, a resposta foi “não, o trabalho individual pode ser mais prático, mas o resultado é empobrecido (Cláudia, informação verbal)”. Sara, diante da questão sobre ações coletivas na direção de políticas públicas a partir de grupos conscientes e organizados politicamente, assumiu que nunca havia pensado seu trabalho de educação ambiental no parque de tal perspectiva. Respondeu que

*a abrangência de uma ação coletiva é maior (...) os resultados seriam melhores (...) quando a gente elaborou as propostas, eu pessoalmente pensei em ações individuais, (...) agora eu enxergo que há possibilidade (...) por exemplo, atuando com o conselho gestor (...) indicando melhorias inclusive para o bairro.*

## Considerações finais

Neste breve estudo sobre um programa de educação ambiental em parque urbano de São Paulo foi possível identificar as “aberturas” existentes para se ter neste espaço público um ponto de partida tanto para olhares alternativos e críticos à cidade e seus padrões (de ocupação, de urbanização, de desenvolvimento, de convívio etc.), como também à busca por ações conscientes, coletivas e organizadas politicamente.

Contudo, observou-se também que, mesmo diante do potencial identificado e exposto na pesquisa e na entrevista, as pessoas responsáveis pela condução e acompanhamento do programa e das ações de educação ambiental nele contidas apresentam uma série de demonstrações de “vícios” de formação, sobretudo de como nos formamos na educação formal, quanto à nossa relação com a construção autônoma de conhecimento e construção coletiva de ações transformadoras. Questões sobre como e onde se realiza a educação ambiental – se no ato de “transmitir” conhecimento “correto” ou na ação coletiva e transformação da realidade - emergiram da investigação, uma vez que se reconheceu que as construções própria e coletiva de conhecimento são mais “válidas” ou mais consistentes do que aquele conhecimento transmitido e recebido. Porém, a forma de envolver outras pessoas se limita a “transmitir o que é certo”.

Outra questão emergente neste breve trabalho se refere às perspectivas de se trabalhar a educação, neste caso especificamente em parque urbanos. Diante das provocações contidas nas perguntas realizadas, as entrevistadas assumiram não terem pensado na possibilidade de contribuírem a ações coletivas que visem à transformação da realidade, seja do parque como espaço público, seja do bairro e inclusive de escalas maiores, como a cidade, por exemplo. A pesquisa expõe que, ao tomarem contato com tal perspectiva, as entrevistadas demonstraram-se receptivas, o que sugere que se trata de um “vício” de nossa educação formal, e não necessariamente uma posição politicamente consolidada. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de (re)formação, não formal, daqueles que conduzem processos semelhantes.

Em síntese, o que se observou é que há possibilidades efetivas de o parque oferecer uma educação ambiental que ocorra no sentido de promover um olhar crítico à cidade (que também é ambiente), de forma a envolver diferentes pessoas em ações coletivas na direção de transformarem-se a si próprias e, sobretudo, conscientizarem-se da importância e alcance do trabalho coletivo visando ao bem comum a partir do diálogo e construção da autonomia política. No entanto, é preciso que os promotores de tais programas e ações tenham a dimensão do potencial daquilo com que trabalham. Caso contrário, tal potencial torna-se

extremamente limitado a reproduzir as condições impostas por uma educação epistemológica e metodologicamente conservadora, que guarda aspectos ambientais como conteúdo previamente consolidado e sem possibilidade alguma de gerar ações transformadoras de maneira coletiva – não exclusivamente por questão de opção política e ideológica, mas por pura inércia.

## Referências

- BARTALINI, V. 1999. Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. Tese de Doutorado: São Paulo, Universidade de São Paulo, 354p.
- BARTALINI, V. 1996. Os Parques Públicos Municipais em São Paulo. *Paisagem e Ambiente* 9.
- BRANCO, A. M.; NEVES, H. 2008. Relatório: Ações Locais para a Biodiversidade da Cidade de São Paulo. São Paulo: SVMA.
- CARVALHO, I. C. M. 2004. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: 13-24.
- GOHN, M. G. 2006. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, Rio de Janeiro, 4, (50): 27-38.
- GRÜN, M. 1996. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. Campinas: Papirus.
- GUIMARÃES, M. 2004. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: 25-34
- JACOBI, P. R. 2003. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, 118: 189-205.
- JACOBI, P. R. 2005. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Revista Educação e Pesquisa* 31, (2):233-250.
- KLIASS, R.& MAGNOLI, M. 1967. Áreas verdes e recreação. Município de São Paulo. São Paulo: PMSP.
- KLIASS, R.& MAGNOLI, M. 1969. Levantamentos: características urbanas de 5 zonas de aproximadamente 25 km<sup>2</sup>. São Paulo: PMSP.

- KLIASS, R. 1993. Os Parques Urbanos de São Paulo. São Paulo: Pini.
- LAYRARGUES, P. P. 2004. Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- LEFF, E. 2001. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez.
- LOUREIRO, C. F. B. 2005. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. Revista Educação e Sociedade vol. 26, (93):1473-1494.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. 2003. Parques urbanos no Brasil. São Paulo: Edusp.
- PROGRAMA de Educação Ambiental do Parque Vila Guilherme – Trote. Disponível: <http://www.parquedotrote.blogspot.com>. Acesso em 16 jan 2008.
- SALA VERDE SAPUCAIA. Página inicial: Sala Verde Sapucaia. Disponível: <http://salaverdepavs.blogspot.com>. Acesso em 16 jan 2008.
- SCALISE, W. 2002. Parques Urbanos - evolução, projeto, funções e uso. Revista Assentamentos Humanos 4 (1): 17-24.
- SORRENTINO, M. et al. 2005. Educação ambiental como política pública. Revista Educação e Pesquisa 31 (2): 285-299.
- SVMA. 2004. Atlas ambiental do Município de São Paulo - o verde, o território, o ser humano: Diagnóstico e bases para a definição de políticas públicas para as áreas verdes no Município de São Paulo. São Paulo: SVMA.

Artigo recebido: 10/02/09

Aceito em: 21/03/09